

**AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ESTADUAL MATAS DO
SEGREDO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE-MS**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION ACTIONS OF THE MATAS DO SEGREDO STATE
PARK OF THE CITY OF CAMPO GRANDE-MS**

**ACCIONES DE EDUCACIÓN AMBIENTAL DEL PARQUE ESTADUAL MATAS DO
SEGREDO DEL MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE-MS**

Kássia Aparecida de Oliveira Pereira¹

Marcos Vinicius Campelo Junior²

Rogério Rodrigues Faria³

Resumo: Neste artigo discutimos as ações educativas sobre a Educação Ambiental em espaços não- formais das Unidade de Conservação, especificamente no Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS), na cidade de Campo Grande-MS. Como referencial teórico e metodológico optamos pela pesquisa qualitativa, dando enfoque aos pressupostos propostos por Burke (2016) em torno da epistemologia dos saberes, que concebe na interação de quatro estágios, que são a coleta de informações, a análise, a disseminação e a utilização. Ainda preconizamos as teorias propostas em Leff (2007; 2010) sobre a epistemologia e racionalidade ambiental como forma de compreender as ações e motivação do Estado em promover a Educação Ambiental, neste caso especificamente em espaços não-formais, como acontece no caso das Unidades de Conservação. De modo que, o resultado desta investigação, evidenciou que o Parque Estadual Matas do Segredo mantém o Projeto Florestinha como ação de promoção e disseminação da EA para crianças, em uma perspectiva de educação para cidadania, dentre os quais, apoio pedagógico, reforço escolar, alimentação, aulas de idiomas, primeiros socorros e a própria educação ambiental.

Palavras-chave: Conservação e Ambiente; Preservação; Epistemologia.

Abstract: In this article, we discuss the educational actions on environmental education in non-formal spaces of conservation units (CUs), specifically in the Matas do Segredo State Park (PEMS),

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS. E-mail: kassiapereira19871@gmail.com Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7235448234063430> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8351-010X>

² Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS. E-mail: campelogeografia@gmail.com Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5608728963095314> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6501-644X>

³ Professor Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS. E-mail rodrigues.faria@ufms.br Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2420249057177493> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0944-2190>

in the city of Campo Grande-MS. As a theoretical and methodological framework, we chose qualitative research, focusing on the assumptions proposed by Burke (2016) around the epistemology of knowledge, which consists of the interaction of four stages: information collection, analysis, dissemination, and use. We also suggest the theories proposed in Leff (2007; 2010) on environmental epistemology and rationality as a way of understanding the actions and motivation of the State to promote environmental education, in this case specifically in non-formal spaces, as in the case of the CUs. Thus, this investigation concluded that the PEMS maintains the Florestinha Project as an action to promote and disseminate environmental education for children, from a perspective of education for citizenship, offering pedagogical support, school reinforcement, food, language classes, first aid, and environmental education.

Keywords: Conservation and environment; Preservation; Epistemology.

Resumen: En este artículo, discutimos las acciones educativas sobre educación ambiental en espacios no formales de unidades de conservación (UC), específicamente en el Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS), en la ciudad de Campo Grande-MS. Como marco teórico y metodológico, optamos por la investigación cualitativa, centrándonos en los supuestos propuestos por Burke (2016) en torno a la epistemología del conocimiento, que consiste en la interacción de cuatro etapas: recolección, análisis, difusión y uso de la información. Sugerimos también las teorías propuestas en Leff (2007; 2010) sobre la epistemología y la racionalidad ambiental como una forma de entender las acciones y motivaciones del Estado para promover la educación ambiental, en este caso específicamente en espacios no formales, como en el caso de las UC. Así, esta investigación concluyó que el PEMS mantiene el Proyecto Florestinha como una acción de promoción y difusión de la educación ambiental para niños, en una perspectiva de educación para la ciudadanía, ofreciendo apoyo pedagógico, refuerzo escolar, alimentación, clases de idiomas, primeros auxilios y educación ambiental.

Palabras clave: Conservación y medio ambiente; Preservación; Epistemología.

Introdução

Este artigo tem por intenção discutir sobre as ações referentes a Educação Ambiental na Unidade de Conservação (UC) do Parque Estadual Matas do Segredo, localizada no município de Campo Grande-MS.

Para um melhor entendimento sobre o que dispõem sobre as UCs, preferimos por realizar um levantamento sobre o histórico dessas unidades no Brasil, as primeiras políticas de implementação, e atendendo os objetivos do artigo, discutir as ações decorrentes do PEMS, que promovem a EA como instrumento educativo para preservação dos recursos florestais e da biodiversidade.

Nossos referenciais metodológicos vêm de encontro com a proposta de Burke (2016) sobre a história dos conhecimentos, como referência que os saberes em qualquer ciência, disciplina, ou

temática que for investigada são produtos da interação entre quatros estágios, que são a coleta, a análise, a disseminação e a utilização.

Ao que se refere ao nosso quadro teórico concebemos em priorizar os estudos realizados por Leff (2010) sobre a *epistemologia e a racionalidade ambiental*, concebendo que esses conceitos estabelecem relações sobre uma crise ambiental que nutrem a necessidade dos governos a proporem políticas de mitigação sobre as questões ambiental. Neste entendimento, acreditamos na constituição e manutenção de parques de UCs como um dos meios de reparação ao ambiente, tendo em vista os benefícios que os parques urbanos trazem para a biodiversidade e também proporciona uma melhor qualidade de vida a população do entorno dessas áreas.

Referenciais teóricos

Como principal indicativo dessa metodologia, Burke (2016) nos leva a repensar como constituir os saberes sobre qualquer campo da ciência. Assim, indaga-se se existe uma história da ciência, o que considera é praticamente impossível dar uma resposta positiva para tal pergunta, pois considera-se que existem a história das ciências, no plural, dado que existem infinitas áreas científica que possibilitam uma interpretação própria sobre sua história.

Seguindo as ideias de Leff (2010, p. 23), no qual destaca sobre as “articulações das ciências na relação natureza – sociedade”, afirma que na história da humanidade, o saber, os conhecimentos sobre o mundo e sobre as coisas que existem ao nosso alcance intelectual têm estado condicionados pelos contextos geográficos, ecológicos e culturais em que por variáveis formas produz e se reproduz a uma formação social determinada. Ainda para Leff, (2010, p. 112) a racionalidade ambiental vem a ser um processo social e político, que enfrenta interesses opostos, com o viés de reorientar tendências, romper com barreiras institucionais e epistemológicas, na busca de novos métodos de pesquisa e na busca de produzir novos conceitos e conhecimentos. Assim a educação ambiental busca articular subjetivamente o educando a produção de conhecimentos, ligando-o aos sentidos do saber. Para que o mesmo constitua um pensamento crítico, reflexivo e propositivo frente a automatização de condutas, próprias do utilitarismo da sociedade atual (LEFF, 2007, p. 250).

No nosso caso, o procedimento metodológico envolvido na produção deste artigo, no contexto das ações educativas sobre a Educação Ambiental no Parque Estadual Matas do Segredo,

preconiza uma interpretação sobre a Educação Ambiental que podemos sintetizar a partir da interação dos quatro estágios concebidos em Burke (2016), sendo a coleta de informações, análise, disseminação e utilização.

Nessas observações a coleta de informações é conhecida como o estágio inicial da pesquisa, que conforme ressalta Burke (2016) seria o momento que o “botânico mergulha na floresta” para obter as fontes necessárias para produção de um determinado conhecimento.

A conceituação empregada por Burke (2016) nos leva a conceber sobre os repositórios de informações, que estão estocados os monumentos, que a partir de nossas escolhas constituem os documentos necessários para elaboração desta pesquisa pretendida. Neste propósito, levamos em consideração os arquivos de informações, como os repositórios digitais. Assim, esses repositórios do conhecimento, no qual seguimos em Burke (2016) compreendem sobre os locais onde as informações pertinentes para elaboração do conhecimento pretendido estão inseridas.

Na análise das informações, segunda etapa proposta por Burke (2016), está a observação das fontes obtidas. O autor afirma que este é o momento do processamento das informações, fato que destaca a analogia “*a passagem do estado cru para o cozido*”, assim como a produção dos significados a partir da interpretação das fontes. Este não é um momento que o pesquisador desfrute o que é totalmente desconhecido, muito pelo contrário, este está habituado em prévias de informações da área que está debruçando.

Segundo Leff (2010), para se ter a racionalidade ambiental, bem como um estilo alternativo de desenvolvimento, faz-se necessário uma mudança dos processos sociais e na vivência efetiva dos valores do ambiente na ética individual, no acesso e apropriação da natureza, nos direitos humanos na norma jurídica que regem os atores econômicos e sociais, entre outros, favorece a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais. Os valores ambientais são recebidos por vários meios (processos formais e informais de educação) que trazem o efeito educativo. Fazendo parte desses valores, os princípios ecológicos, a nova ética política, novos direitos coletivos, a reapropriação da natureza e mudança de estilo de vida, Leff (2007).

O terceiro estágio, conforme definiu Burke (2016), refere a disseminação dos conhecimentos, ou seja, é o momento em que o pesquisador sistematiza os saberes após a análise das fontes. Em outro sentido, podemos afirmar que seja a reconfiguração dos saberes produzidos a partir da produção de significados. É nesse momento que ganha destaque a relação entre o

pesquisador e a comunidade acadêmica, que podem ser o grupo da pesquisa, os pares sobre a temática em estudo, os avaliadores de eventos e periódicos, assim como o próprio orientador da pesquisa, constituindo assim as verdades sobre os saberes.

O quarto estágio, trata do consumo cultural dos saberes constituídos, sistematizados e disseminados, como Burke (2016) destaca com a conceituação da utilização dos conhecimentos. Evidentemente nossas apropriações conceituais, a exemplos de artigos, teses, dissertações, e outros, são considerados resultados dessa apropriação cultural dos saberes, ou melhor explicitando a utilização conforme destaca o autor. Em outros termos podemos considera-las como nossos sistemas de verdades, idealização filosófica no qual melhor concebia os estudos de Michel Foucault (BURKE, 2016).

Contextualização Histórica das Unidades de Conservação no Brasil

As denominadas UCs tiveram suas principais regulamentações normativas a partir dos finais dos anos de 1970, conforme identificamos vestígios desses acontecimentos nos arquivos da plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira. Esses movimentos de iniciativas do poder público compreendiam principalmente no aspecto da constituição de normativas para implementação e governabilidade dessas unidades conservativas, ainda que, conforme pudemos apurar também foram implementados cursos de gestão para técnicos da área de conservação e gestão dos então parques e reservas ambientais.

Em 1978, uma iniciativa pioneira foi promovida pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), mediante a coordenação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza que promoveram entre os dias 17 de 29 de outubro do mesmo ano, em Brasília, o Primeiro Curso sobre a Administração e Manejo de Parques Nacionais do Brasil (CIÊNCIA E CULTURA, 1978).

Esse curso foi realizado com a participação de cerca de 80 técnicos, que objetivava a transmissão de informações e a reciclagem de especialistas da preservação ambiental, dentre os quais os próprios delegados do IBDF, assim como técnicos da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul e do Instituto de Florestas de São Paulo, e ainda, os diretores dos parques nacionais e reservas equivalentes que atuavam na gestão desses empreendimentos supracitados.

No curso em questão, foram ministrados conteúdos relacionados aos conceitos gerais de ecologia aplicada a conservação ambiental, o histórico dos parques nacionais e reservas equivalentes no Brasil e na América do Sul, os esboços para o Manejo de Recursos Naturais e Culturais em Áreas Silvestres, o planejamento de sistema de unidades de conservação, planejamento e manejo de parques nacionais, e ainda, entre outros, temas que abordavam como principal temática a preservação e conservação ambiental (CIÊNCIA E CULTURA, 1978).

Um ano depois, no governo militar do presidente João Baptista Figueiredo, a preocupação institucional sobre a questão preservacionista do Meio Ambiente e de gestão dos parques florestais intensificaram para um ambiente de reorganização por meio das regulamentações. Ainda no primeiro ano do governo em questão foi constituído o primeiro de uma série de três etapas os Planos do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, que tinha como principal objetivo a elaboração de normativas para implementação e organização de todas unidades de conservação existentes, e que, previam serem criados nos próximos anos (WWF-BRASIL, 2012).

Dentre os destaques para implementação dessa regulamentação, ressaltam a baixa quantidade de parques e reservas no território nacional, ainda que, conforme os notificavam os principais meios jornalísticos presentes na hemeroteca digital uma possível indisponibilidade dos poderes estaduais e locais na implementação de parques em suas localidades.

Antes da regulamentação, esses empreendimentos estavam sobre a classificação de “Parques e Reservas Biológicas”, sendo esta normativa implementada como um essencial documento para reorganização em Unidades de Conservação, em variados tipos e natureza. Em 1983, o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) divulgou uma publicação em folheto com a relação dos parques e reservas florestais existentes no Brasil antes da regulamentação, e ainda, algumas novas áreas de conservação criadas após a implementação da primeira etapa do Plano de Regulamentação das UCs no território nacional.

Figura 01 – Parques Nacionais e Reservas antes de 1979.

PARQUES NACIONAIS E RESERVAS BIOLÓGICAS NACIONAIS

Nº	Nome	Localização Unidades da federação	Área em hectares	Decreto e data de criação
1	Parque Nacional do Pico da Neblina	AM	2.200.000	83.550 de 05/6/69
2	Reserva Biológica do Rio Trombetas	PA	385.000	84.018 de 21/9/79
3	Parque Nacional da Amazônia (Tapajós)	PA	1.258.000	73.683 de 19/2/74
4	Reserva Biológica do Jaru	RO	268.150	83.716 de 11/7/79
5	Parque Nacional de Pacaás Novos	RO	764.801	84.019 de 21/9/79
6	Parque Nacional de Sete Cidades	PI	6.221	50.744 de 08/6/61
7	Parque Nacional de Ubajara	CE	563	45.954 de 30/4/59
8	Reserva Biológica de Atol das Rocas	RN	36.249	83.549 de 05/6/79
9	Reserva Biológica de Serra Negra	PE	1.100	28.348 de 07/6/50
10	Parque Nacional de Serra da Capivara	PI	100.000	83.548 de 05/6/79
11	Parque Nacional de Monte Pascoal	BA	22.500	242 de 29/11/61
12	Reserva Biológica do Córrego do Veado	ES	2.400	Estadual 55 de 20/9/48. Lei Est. 976 de 10/12/55
13	Reserva Biológica de Sooretama	ES	24.000	14.977 de 21/9/43
14	Reserva Biológica de Nova Lombardia	ES	4.350	Estadual 55 de 20/9/48. Lei Est. 976 de 10/12/55
15	Parque Nacional de Caparaó	MG-ES	16.194	50.646 de 24/5/61
16	Parque Nacional da Serra da Canastra	MG	71.525	70.355 de 03/4/72
17	Reserva Biológica de Poço das Antas	RJ	5.000	73.791 de 11/3/74
18	Parque Nacional da Serra dos Órgãos	RJ	4.000	1.822 de 30/11/39
19	Parque Nacional da Tijuca	RJ	3.300	50.923 de 06/7/61
20	Parque Nacional de Itatiaia	RJ-MG	11.943	1.713 de 14/6/37
21	Parque Nacional da Serra da Bocaina	RJ-SP	100.000	68.172 de 04/2/72
22	Parque Nacional de São Joaquim	SC	20.000	50.922 de 06/7/61
23	Parque Nacional de Aparados da Serra	RS-SC	11.307	47.446 de 17/12/59
24	Parque Nacional do Iguaçu	PR	170.086	1.035 de 10/1/39
25	Parque Nacional de Sete Quedas	PR	233	50.665 de 30/5/61
26	Reserva Biológica de Cará-Cará	MT	61.126	68.691 de 28/5/71
27	Parque Nacional das Emas	GO	131.868	49.874 de 11/1/61
28	Parque Nacional de Brasília	DF	28.000	241 de 29/11/61
29	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	GO	171.924	49.875 de 11/1/61
30	Parque Nacional do Araguaia	GO	562.312	47.570 de 31/12/59

Fonte: Ciência e Cultura (1983).

De acordo com o apresentado no relatório da primeira etapa do plano, essas UCs preconizavam características preservacionistas acerca da gestão eficiente, com o intuito de “garantir a permanência do homem no planeta Terra, bem como, uma melhor qualidade de vida as presentes e futuras gerações” (IBDF, 1979). Corroborando com esse discurso, o IMASUL (2022) ressalta que as áreas naturais no Brasil são protegidas por meio de UCs e que corresponde a uma estratégia eficaz na manutenção dos recursos naturais a longo prazo. Sendo assim, no esforço de preservar o que se tinha em recursos naturais, naquele momento, seria uma solução para garantir as futuras gerações desfrutar do mesmo.

O plano, conforme destaca o relatório apresentado, constituiu uma estratégia básica para conservação e manejo dos recursos naturais renováveis e para utilização adequada dos existentes recursos humanos e financeiros disponíveis para manutenção dos mesmos, que tem como objetivo:

- a) Escolher através de critérios técnicos – científicos e inventariar, a nível nacional (e particularizando, na Amazônia), as áreas de potencial interesse, como unidades de conservação;

- b) Identificar as lacunas e as áreas protegidas de maior importância do atual Sistema de Parques;
- c) Estabelecer os critérios técnico-científico de significância das áreas e incluir no Sistema;
- d) Rever a conceituação geral, designadamente no que toca a objetivos de manejo e categorias de manejo, precisando-os e aumentando-os, se aconselhável;
- e) Propor as ações prioritárias para o estabelecimento, planificação, manejo e administração desse Sistema (IBDF, 1979).

No primeiro ano da década de 1980, após a regulamentação da primeira etapa do plano quatro novas UCs foram constituídas em nível nacional, conforme publicou a revista *Ciência e Cultura*.

Figura 02 - Unidades de Conservação criadas após 1979.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CRIADAS APÓS A PUBLICAÇÃO DESTE REGULAMENTO				
N.º	Nome	Localização Unidades da federação	Área em hectares	Decreto e data de criação
31	Parque Nacional de Cabo Orange	AP	619.000	84.913 de 15/7/80
32	Reserva Biológica do Lago Piratuba	AP	395.000	84.914 de 16/7/80
33	Parque Nacional do Jaú	AM	2.272.000	85.200 de 24/9/80
34	Reserva Biológica de Una	BA	11.400	85.463 de 10/12/80

Fonte: *Ciência e Cultura* (1983).

Apesar de deficitária, como apontou a pesquisadora Maria Tereza Jorge Pádua⁴, em 1985, os planos de conservação criados no último governo militar incentivaram a disseminação deste legado preservacionista de florestas em unidades. Afirma que em 1972 o Brasil tinha então 16 parques nacionais e 4 reservas biológicas, mas não tinha nenhuma unidade de conservação da natureza na Amazônia. Uma década depois, 15 novas unidades de conservação em nível nacional foram criadas, onde muitas delas surgiram na região Amazônica, onde de fato, impulsionou os governos regionais e locais reproduzirem o legado conservacionista da década de 1980 (JORGE PÁDUA, 1985).

Seguindo os padrões internacionais referentes as categorias de manejo de unidades de conservação, ao que determinava a União Internacional de Conservação da Natureza e seus Recursos (IUCN) ficou à disposição das seguintes categorias, do qual, indicavam: Categorias de

⁴ Diretora do Departamento de Parques e Reservas Florestais e responsável pela área de preservação das Unidades de Conservação (UCs) do IBDF nos últimos anos na década de 1970 (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1979; *Ciência e Cultura*, 1982)

Importância Nacional; Categoria de Manejo Complementares; Categorias de Manejos Adicionais; Categoria de Manejo Regionais ou Locais; e, Categorias de Manejo de Importância Mundial.

Ao que se trata das UCs que abrangem a categoria de Manejos Regionais ou Locais, no qual estamos analisando neste artigo, estão aqueles Unidades pertencentes aos níveis de governos, que competem aos Parques Estaduais ou Municipais; Reservas Biológica Estadual ou Municipais, Parques de Caças Estaduais ou Municipais, e outras de domínio Estadual ou Municipal (IBDF, 1979).

Atualmente, visando alcançar de forma efetiva e eficiente o objetivo de proteger estas áreas, foi instituído o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), promulgado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Esta lei foi um grande avanço à criação e gestão das UCs nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), tendo em vista que a mesma possibilita uma visão de conjunto das áreas naturais a serem preservadas. Estabelecendo também mecanismos que regulam a participação da sociedade na gestão das UCs, tornando mais fluídica a relação entre o Estado, os cidadãos e o ambiente.

O SNUC viabiliza o direito que todos os cidadãos têm a um ambiente ecologicamente equilibrado no presente e para as futuras gerações, por intermédio da implantação e consolidação de unidades de conservação.

Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul

A distribuição das UCs de Mato Grosso do Sul está dividida em: 16 federais, 51 estaduais e 60 municipais, tendo uma área de 5.543.019,38 hectares, dos quais 15,51% compreende ao total do território nacional⁵. Em um levantamento sobre representatividade das UCs de Mato Grosso do Sul, Pimenta et al (2021) indicam que a falta de recursos humanos e financeiros é uma das lacunas de gestão mais comuns, e que as UCs do Estado ainda carecem de fortalecimento para a viabilização da visitação pública, ecoturismo, pesquisa e Educação Ambiental.

Referente às UCs estaduais, em 40 a responsabilidade da gestão é privada, sendo classificadas como Reserva Particular do Patrimônio Natural, e em 10 a gestão é de

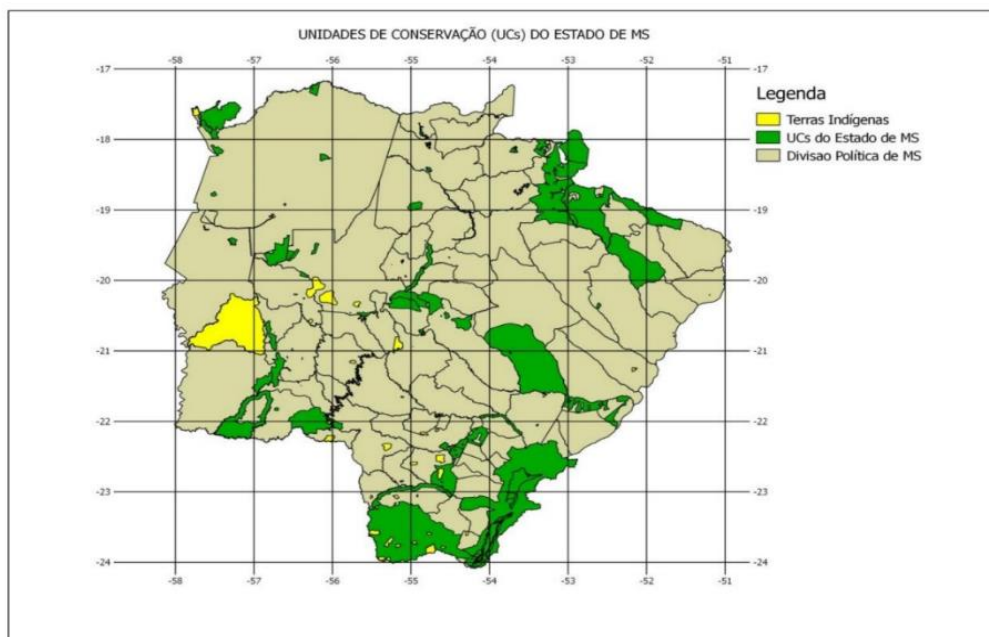
⁵ Informação disponibilizada pela Unidade de Cadastro e ICMS Ecológico, da Gerência de Unidades de Conservação/IMASUL, 2021.

responsabilidade do governo estadual, as últimas são administradas por meio da Gerência de Unidades de Conservação do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul tem 11 Unidades de Conservação Estaduais, o setor responsável pelo gerenciamento destas áreas é a Gerência de Unidades de Conservação (GUC). A GUC é vinculada ao Instituto de Meio Ambiente de MS, seu objetivo é criar Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, tendo como principal ferramenta de conservação *in situ* da diversidade biológica, bem como sua implementação e gestão, IMASUL (2022a).

Na figura 03 temos as UCs do território estadual de Mato Grosso do Sul e a distribuição das mesmas, dentro dos limites territoriais.

Figura 03 – Unidades de Conservação do Mato Grosso do Sul.



Fonte: CAMPELO JUNIOR (2021).

De acordo com os critérios estabelecidos no SNUC, as áreas que são de responsabilidade do IMASUL estão categorizadas em dois grupos de UCs: a Unidades de Proteção Integral e a Unidades de Uso Sustentável (CAMPELO JUNIOR, 2021). Na tabela 01, encontra-se relacionado às 10 UCs estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul, segundo dados retirados do site do IMASUL, 2022b.

Tabela 01 – UCs do Mato Grosso do Sul.

Nome da UC:	Área (hectare):	Decreto de Criação:	Decreto de Ampliação/alteração:	Município bioma e bacia hidrográfica:
Parque Estadual do Prosa	135	Nº 10.783 de 21/05/2002	-	Campo Grande (Cerrado / Microbacia Prosa, Anhandui/ Bacia Paraná)
Parque Estadual Matas do Segredo	188	Nº 9.935 de 05/06/2000	-	Campo Grande (Cerrado/ Córrego Segredo, Microbacia do Anhandui, Bacia Paraná)
Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema	73.345,15	Nº 9.278 de 17/12/1998	-	Jateí, Naviraí e Taquarussu (Mata Atlântica / Bacia Paraná)
Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro	76.851,7994	Nº 9.941 de 05/06/2000	Nº 15.554 de 26/11/2020	Corumbá e Aquidauana (Pantanal / Bacia do Paraguai)
Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari	30.618	Nº 9.662 de 09/10/1999	-	Costa Rica e Alcinópolis (Cerrado / Bacias Paraná, do Paraguai e Araguaia)
Monumento Natural do Rio Formoso	18	Nº 11.553 de 23/10/2003	Nº 11.690 de 27/09/2004	Bonito Cerrado Bacia do Formoso/Miranda Bacia do Paraguai
Monumento Natural Gruta do Lago Azul	274, 0387	Nº 10.394 de 11/06/2001	-	Bonito Floresta Estacional Bacia do Formoso/Miranda, Bacia do Paraguai)
Apa Rio Cênico Rotas Monçoeiras	15.440	Nº 9.934 de 05/06/2000	-	Coxim, São Gabriel, Camapuã, Rio Verde de MT Cerrado e Flo Aluv. M.Bacia do Coxim - Miranda, Bacia do Rio Paraguai
Estrada-Parque de Piraputanga	10,108	Nº 9.937 de 05/06/2000	-	Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti (Cerrado / Bacia do Paraguai)
Estrada Parque do Pantanal	6000	Nº 7.122 de 17/03/1993	-	Corumbá e Ladário (Pantanal Parte da Bacia do Miranda, Negro, Bacia do Paraguai)

Fonte: IMASUL (2022b).

Parque urbano como espaço não-formal de EAC

Os parques no espaço urbano desempenham um papel de reconexão dos seres humanos com a natureza, bem como trazem para o entorno em que se localizam uma paisagem natural diferenciada e contemplativa, tem uma regulação térmica mais aprazível, entre outros benefícios. Para Gomes (2014), os parques se apresentam como forma de lazer para a parcela da população

com menor poder aquisitivo, atuando também como termômetro térmico, permitindo assim a ventilação, sendo uma área destinada a maior infiltração das chuvas, serve de espaço propagador de práticas de EA o, permitindo de forma democrática a utilização do espaço urbano.

Levando em consideração que os parques são espaços que permitem a disseminação da Educação Ambiental Crítica (EAC), entretanto tem-se a necessidade da troca de informações entre os guias do parque e os visitantes, além do levantamento de questões pertinentes que façam com que os visitantes pensem a respeito da importância das UCs e principalmente se reconheça como parte integrante do ambiente (CAMPELO JUNIOR et al. 2020).

Escolhemos disseminar a EAC, entendendo que a mesma está voltada as reflexões sociais bem como as questões ecológicas, levando em consideração que a problemática ambiental é um processo causado pela apropriação privada de recursos humanos e naturais. Silva e Borges (2020), ao discorrerem sobre o pensamento crítico aliado a EA, como aliados a compreensão do todo, no que desrespeito ao espaço geográfico, buscando através da sua totalidade, enxergar meios de solucionar as problemáticas existentes de modo democrático em suas relações socioambientais. Layrargues (2006), discorre a respeito da EA convencional e a crítica tendo assim dimensão da abrangência de cada uma delas:

Enquanto a educação ambiental convencional concebe a problemática ambiental como uma decorrência da falta de conhecimento apropriado do funcionamento dos sistemas ecológicos, diante da constatação da proximidade de alguns dos limites ecossistêmicos serem atingidos, a educação ambiental crítica entende a problemática ambiental como um desdobramento do processo de apropriação privada dos recursos tanto humanos como naturais. E nesse sentido, a prática pedagógica da educação ambiental tradicional volta-se ao ensino da ecologia, aproximando-se da educação conservacionista, enquanto que a prática pedagógica da educação ambiental crítica volta-se à reflexão do funcionamento dos sistemas sociais, além dos sistemas ecológicos. (LAYRARGUES, 2006, p. 191)

Visto que enquanto houver esta divisão que separa a natureza dos seres humanos, continuaremos explorando a mesma, pois entende-se com essa divisão que a natureza está à disposição para nos servir.

A compreensão tradicional das relações entre a sociedade e a natureza desenvolvidas até o século XIX, vinculadas ao processo de produção capitalista, considerava o homem e a natureza como polos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem (BERNARDES; FERREIRA, 2009, p. 17).

Errôneo é este pensamento, já que nós seres humanos precisamos bem mais da natureza e dos recursos que ela nos proporciona, que a natureza precisa dos seres humanos. Deste modo a natureza continuará a existir com a ausência dos seres humanos, mas nós seres humanos seremos extintos sem a natureza, pois somos dependentes dela (O MUNDO SEM NINGUÉM, 2008).

Assim a restauração da nossa conexão com a natureza se faz imprescindível e um grande começo é utilizar os parques como disseminador da EA formal e não formal.

[...] os parques podem se configurar como espaços educadores que devem ser reconhecidos e aproveitados, pois são de grande relevância para o desenvolvimento da EA, por meio do diálogo, como prática social e de constituição do público visitante como cidadão (CAMPELO JUNIOR et al., 2020, p. 97).

Tendo em vista que este espaço é um grande aliado, quando trabalhado que forma a permitir as discussões a respeito das UCs e as consequências do pensamento ecológico sustentável, permitindo não apenas as trocas de conhecimento, mais fazendo cada indivíduo refletir sobre o seu papel na preservação do ambiente natural.

O Parque Estadual Matas do Segredo

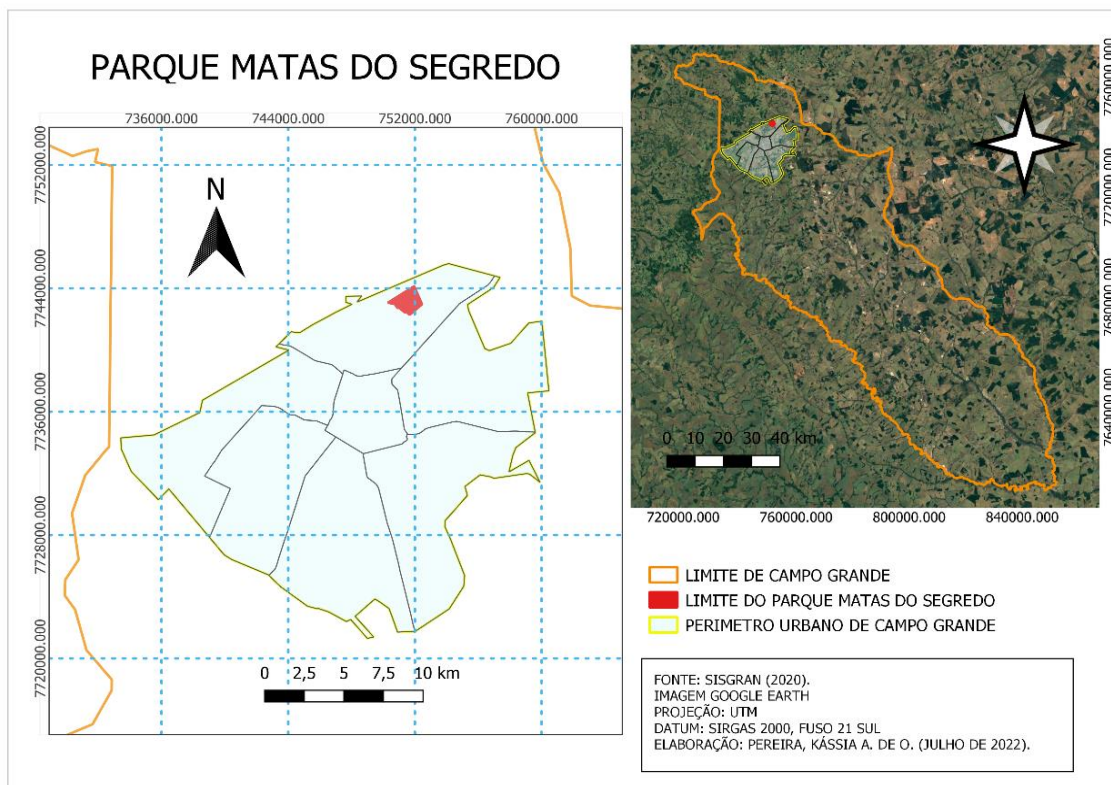
O Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS) foi implementado por meio do Decreto Estadual n. 9935, em 05 de junho de 2000, perfazendo uma área total equivalente a 177,88 hectares, sendo que está localizada as dimensões do perímetro urbano da cidade de Campo Grande-MS. Sua vegetação é remanescente do cerrado, sendo está a mata predominante das regiões Central e Leste do estado de Mato Grosso do Sul (IMASUL, 2022c).

O perímetro da PEMS protege a fauna e a flora da localidade que está situada o empreendimento, sendo que nesta UC está situada cerca de 33 nascentes que em conjunto abastecem o Córrego Segredo. Por estar no perímetro urbano da cidade, o parque em discussão neste artigo encontra-se circundado por bairros povoados, que vem constantemente sendo pressionado pelo avanço da urbanização no entorno do mesmo (PINTO et al., 2021). Em adição, Santos e Mercante (2012) levantaram os principais riscos associados à Zona de Amortecimento do PEMS, que ainda incluem: incêndios florestais; resíduos sólidos urbanos; atropelamento de animais silvestres; agroquímicos no solo e na água; drenagem e erosão dos córregos e nascentes;

extrativismo ilegal; contaminação do solo e das águas por falta de saneamento básico no entorno. Em uma análise a partir do discurso do gestor, o PEMS ainda carecia de mecanismos efetivos de planejamento e gestão, que por sua vez decorre da falta de recursos disponíveis (SANTOS; KRAWIEC, 2011).

A figura 04, apresenta em vermelho, o limite do Parque Estadual Matas do Segredo, dentro do perímetro urbano no município de Campo Grande-MS e ao lado é apresentado o limite do mesmo. Mostrando-nos a dimensão territorial do município e a proporção da UC – PEMS, no perímetro urbano. Uma área pequena comparada aos benefícios ambientais e socioculturais abrangidos, com a preservação e a integração da sociedade com o parque.

Figura 04 – Limite do Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS).



Fonte: Autores (2022).

A construção da nova sede do PEMS foi construída com aproximadamente 5 milhões de reais, advindos de uma medida de compensação ambiental da empresa Eldorado Brasil⁶. No dia 17 de abril de 2015, foi realizada a inauguração do Centro de Atendimento aos Visitantes, com acesso pela Rua Josefina Mingarelli s/nº - Jardim Presidente, tem aproximadamente 980 m² de área. A área da Administração é composta por 01 auditório (capacidade para 42 pessoas), 01 sala administrativa (recepção e banheiro), 01 alojamento com 04 camas (cozinha e banheiro), 01 dormitório (2 camas), 01 depósito, 01 lavanderia, 02 banheiros para os visitantes. Há também uma área atribuída para o desenvolvimento do Projeto Florestinha com 01 sala administrativa, 02 salas de aula, 02 banheiros (com vestiários feminino e masculino), e 02 depósitos. Ainda, possui 01 área de convivência com 60 lugares para as refeições, 01 cozinha industrial, 01 quadra de esporte com depósito, estacionamento coberto para carros e um estacionamento para bicicletas. Há ainda uma pequena portaria, localizada no final da Rua Luís Roncolato, tem 01 sala, 01 cozinha e 01 banheiro, com aproximadamente 20 m². Na construção da nova sede, optou-se por construí-la no mesmo espaço da sede antiga, visando que o espaço já estava antropizado e era próximo à entrada do PEMS, o que facilita o acesso dos visitantes (IMASUL, 2021).

Algumas ações de gestão ambiental e preservação estão sendo realizadas, fato que torna a utilização de forma positiva para o empreendimento de conservação ambiental. Contudo, quando analisado por indicadores quali-quantitativos, o PEMS tem potencial de aumentar a efetividade de seu Plano de Manejo em termos de sustentabilidade (Pinto et al. 2020), e um dos caminhos seria a presença de mais projetos aparelhados ao seu funcionamento. Dentre as atividades do parque, o PEMS conta com Projeto Florestinha e atividades de pesquisa científica com apoio das universidades e financiadoras de pesquisa, ambos preconizando uma integração entre a comunidade e a natureza (IMASUL, 2021). Jafar et al. (2012), ao analisarem o potencial do Turismo Ambiental no município de Campo Grande, apontam o Projeto Florestinha como a única atividade levantada de EA no Parque até a época do levantamento.

Os guardas-parques desempenham um papel importante dentro do parque, pois em suas atribuições estão a prevenção e combate a incêndios florestais, fiscalização, monitoramento de áreas degradadas, de trilhas, da flora, da fauna, as atividades administrativas e o atendimento ao

⁶ Eldorado Brasil é uma empresa de celulose, localizado no município de Três Lagoas/MS, durante a elaboração do EIA/RIMA foi visto a necessidade da medida de compensação, prevista no Art. 36 da Lei nº 9.985/2000.

público, com promoção de atividades de educação e sensibilização ambiental. Para o desenvolvimento dessas atividades é necessária uma especialização (IMASUL, 2021). Para Campelo Junior et al. (2020), os guardas-parques ao conduzirem as visitas nas trilhas interpretativas, busquem a socialização de informações a respeito da flora e da fauna local e a respeito de outros elementos que constituem as paisagens do parque.

Projeto Florestinha

Em 23 de março de 1992, foi criado pela Polícia Militar Ambiental o Projeto Social Patrulha Florestinha, no PEMS, contava com a parceria do governo de MS, que por intermédio da Secretaria de Promoção Social (PROMOSUL), fornecia a alimentação e os funcionários para acompanhamento psicológico, odontológico, reforço escolar, alimentar e o vale transporte para as 50 crianças atendidas no projeto (PARRELA, 2019). Ainda, de acordo com o Plano de Manejo do PEMS (2021), o projeto objetivava inicialmente ofertar noções de educação ambiental, ecologia e botânica, grupo de teatro, ordem unida e civismo como alternativa para a ocupação do tempo livre e formação complementar aos jovens da comunidade do bairro Nova Lima.

PARRELA (2019), no ano de 1998, em decorrência de parcerias com Prefeituras do interior de MS e outros órgãos públicos, ocorreram a inauguração de mais 04 unidades da Patrulha Florestinha que se localizam nos municípios de Bataguassu, Bonito, Corumbá e Três Lagoas. Hoje o projeto conta com unidades florestinhas em Aquidauana, Anastácio, Campo Grande, Costa Rica e Três Lagoas, atende a 500 crianças anualmente.

Ocorreu alterações no funcionamento do projeto em 2009, entre essas mudanças houve a alteração do nome “Patrulha Florestinha” para “Projeto Florestinha”, as crianças atendidas passaram de 50 para 60, acabou o reforço escolar, o acompanhamento psicológico e o odontológico, além das ações sociais realizadas no PEMS, passaram a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Ação Social-SAS de Campo Grande. Sendo assim, ficou a cargo do BPMA contribuir com o aprimoramento do caráter, da disciplina e do senso de responsabilidade das crianças participantes do projeto, bem como instruções civismo e de Educação Ambiental (PARRELA, 2019).

O Projeto Florestinha foi suspenso no PEMS, durante o período de 2009 a 2015, em decorrência da precariedade do prédio que sediava o projeto. Foi reativado no ano de 2015, quando

houve a construção da nova sede administrativa do PEMS e onde atualmente também funciona o referido projeto (IMASUL, 2021). Nesse período em que ficou desativado no PEMS foi transferido no início de 2011 para o Parque Municipal Cônsul Assaf Trad. Desde o ano de 2015, as atividades do projeto são desenvolvidas nos dois parques, no matutino PEMS (unidade II) e no vespertino no Parque Municipal Cônsul Assaf Trad (unidade I).

Atualmente o Projeto Florestinha funciona como apoio pedagógico para crianças da comunidade, oferecendo reforço escolar, alimentação, aulas de línguas, educação ambiental e primeiros socorros. O referido projeto é uma parceria entre a SEMAGRO (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar) /IMASUL – SEJUSP (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública) /PMA (Polícia Militar Ambiental) – SETASS (Secretaria De Estado Assistência Social), segundo IMASUL (2022c).

O Projeto Florestinha está de acordo com o Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul no que diz respeito ao planejamento da educação ambiental com base na gestão ambiental integrada:

Incorporação de atividades de educação ambiental que valorizem a integração, o envolvimento e a participação da população na realidade local, quando inseridas em unidades de conservação, áreas naturais protegidas e no seu entorno, bem como empreendimentos econômicos envolvidos (MATO GROSSO DO SUL, 2018, p. 24 2018).

O referido projeto possui grande potencial e pode ser melhor aproveitado, todavia este atende a realização de ações permanentes para sensibilização das populações residentes em áreas protegidas, unidades de conservação e no seu entorno, para a relação harmoniosa destas com seu habitat (MATO GROSSO DO SUL, 2018).

Vale ainda salientar que o projeto pode ser aliado às práticas de educação ambiental formais junto das escolas da educação básica, o que atenderia a Resolução n. 3.322, de 13 de setembro de 2017, que trata da oferta, nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, da Educação Ambiental, tema integrante do currículo, essencial e permanente da educação formal, e deve estar presente, de forma articulada aos conhecimentos adquiridos pelos estudantes, em todas as etapas e demais modalidades de ensino, e inserida no Projeto Político Pedagógico, contemplando a diversidade dos múltiplos saberes em relação ao convívio cuidadoso com os seres vivos e seu

habitat, promovendo, assim, o respeito e a responsabilidade com as diversas formas de vida, culturas e comunidades (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

Considerações finais

Este artigo buscou discutir sobre as ações de promoção da Educação Ambiental no Parque Estadual Matas do Segredo por meio da análise do Plano de Manejo. Concebendo que a EA ocorre por meios formais ou não-formais, também conta com a abrangência da sua interdisciplinaridade, como inferimos que acontece tratando do projeto Florestinha, e ainda, buscar perpassar pelos saberes sobre a preservação e conservação dos recursos, para que possa auxiliar nas reflexões sobre as ações frente aos recursos naturais presentes e futuros.

Como dissertamos anteriormente, a pesquisa realizada conduziu-nos a identificar a disseminação dos conhecimentos sobre EA diante de ações realizadas no próprio PEMS, por meio do Projeto Florestinha com a conscientização e sensibilização da comunidade sobre a importância que o parque desempenha na manutenção do microclima da região, na preservação da fauna e flora. Ou seja, por meio das noções de conservação do meio ambiente os interessados na visitação se tornam agentes transformadores, isso devido a reapropriação de conhecimentos conservacionistas dos espaços naturais em questão.

Conforme verificamos no plano de manejo do PEMS, a base de sustentação de das ações estão interacionadas com a premissa preservacionista. De fato, essas considerações aproximam com a pesquisa realizada por Parrela (2019) que teve por objetivo mais específico analisar o Projeto Florestinha. Notou-se ainda que os florestinhas tiveram instrução aos acessos sobre os conceitos da questão ambiental, evidenciando que os mesmos compreendiam que o ser humano é parte integrante da natureza, e que a partir da interação seres humanos x natureza sociedade x natureza acarreta-se em consequências positivas e/ou negativas sobre o ambiente. Sugerindo que as ações sustentáveis não correspondem manter o ambiente intocável e sim trilhar uma relação ambientalmente ética, considerando os aspectos históricos, culturais e sociais do local onde vivem.

No decorrer da pesquisa sobre o Projeto Florestinha, entendemos como necessário a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, ausente no Plano de Manejo, para alicerçar de maneira mais direta e incisiva as atividades de educação ambiental crítica desenvolvidas ao longo do ano.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). K.A.O.P é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES); M.V.C.J é bolsista da Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do MS, FUNDECT/MS, Brasil.

Referências

BERNARDES, J. A; FERREIRA, P. M. Sociedade e Natureza. In: GUERRA, J. T.; CUNHA, S. B. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 17-41. Disponível em <https://docs.ufpr.br/~edugeo/GB082/Bibliografia/Texto_SociedadeNatureza.pdf>, acesso em 23 de julho de 2022.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?** 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

CAMPELO JUNIOR, M. V. A Educação Ambiental na construção de espaços educadores sustentáveis: viabilidade, desafios e gestão em unidades de conservação. 2021. 157f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

CAMPELO JUNIOR, M. V. et al. Unidades de conservação como espaços de diálogos para a educação ambiental crítica. **Revista Pantaneira**. Volume 18, edição especial, novembro de 2020.

CIÊNCIA E CULTURA. **Volume 30, edição n. 3 de março de 1978**. São Paulo, 1978. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&Pesq=%22unidades%20de%20conserva%20c3%a7%20a3o%22&pagfis=24012>>, acesso em 30 de maio de 2022.

CIÊNCIA E CULTURA. **Volume 34, edição n. 6 de junho de 1982**. São Paulo, 1982. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&Pesq=%22unidades%20de%20conserva%20c3%a7%20a3o%22&pagfis=34584>>, acesso em 31 de maio de 2022.

CIÊNCIA E CULTURA. **Volume 35, edição n. 4 de abril de 1983**. São Paulo, 1983. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&Pesq=%22unidades%20de%20conserva%20c3%a7%20a3o%22&pagfis=37079>>, acesso em 31 de maio de 2022.

CORREIO DE NOTÍCIAS. **Edição n. 621, de 6 de junho de 1979**. Curitiba, 1979. Disponível em <

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_00&pesq=%22plano%20do%20sistema%20de%20unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=11870>, acesso em 30 de maio de 2022.

FARIA, I. D. **Compensação Ambiental: Os Fundamentos E As Normas; A Gestão E Os Conflitos**. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-43-compensacao-ambiental-os-fundamentos-e-as-normas-a-gestao-e-os-conflitos>> em 12 de junho de 2022.

IBDF. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil**. Brasília, 1979.

IMASUL. **Plano de Manejo Parque Estadual do Segredo: Encarte I**. Gerência de unidades de Conservação do Imasul. Campo Grande, 2021. Disponível em <<https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Plano-de-Manejo-PEMS.pdf>> em 29 de junho de 2022.

IMASUL. **Gerência De Unidades De Conservação**. Campo Grande, 2022a. Disponível em < <https://www.imasul.ms.gov.br/setores/gerencias/unidades-de-conservacao/>>, acesso em 30 de maio de 2022.

IMASUL. **Parque Estadual Matas Do Segredo**. Campo Grande, 2022b. Disponível em < <https://www.imasul.ms.gov.br/gestao-de-unidades-de-conservacao/unidades-de-conservacao-estaduais/parque-estadual-matas-do-segredo/>>, acesso em 30 de maio de 2022.

IMASUL. **Unidades de Conservação Estaduais**. Campo Grande, 2022c. Disponível em < <https://www.imasul.ms.gov.br/gestao-de-unidades-de-conservacao/unidades-de-conservacao-estaduais/>>, acesso em 10 de julho de 2022.

JAFAR, A. C. D., et al. Avaliação de Locais com Potencial e/ou Utilizados no Turismo Ambiental na Cidade de Campo Grande-Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, 15(1), 78-86, 2012. Disponível em <<https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/77>> acesso em 28 de julho de 2022.

JORGE PÁDUA, M. T. Sistema de parques nacionais e reservas biológicas na Amazônia brasileira. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, 1985. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&Pesq=%22unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=43012>>, acesso em 30 de maio de 2022.

LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações na educação. **IN: Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente / QUINTAS J. S. (org)**. - 3ed. Coleção meio ambiente. Série educação ambiental (Ibama): Brasília, 2006. Disponível em <

<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/pensandoepraticandoeducacaoambientalnagestaodo meioambientedigital.pdf>> acesso em 22 de julho de 2022.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 5ª ed. São Paulo, Editora Cortez, 2010.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. 5ª ed. Petrópolis, RJ Editora Vozes, 2007.

MATO GROSSO DO SUL. **Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (ProEEA/MS)**. IMASUL/WWF: Campo Grande, 2018.

MATO GROSSO DO SUL. **Resolução SED n. 3322, de 17 de setembro de 2017 que dispõe sobre a Educação Ambiental na rede estadual de ensino**. Diário Oficial n. 9494 de 15 de setembro de 2017.

O MUNDO SEM NINGUÉM. Direção: Vries, David. Produção: Lopes, Vicent. 2008. Duração: 1:27:51h. Disponível em: < Vries, David. O Mundo sem Ninguém. Documentário. 2015. Acesso em: 28 de julho de 2022.

PARRELA, E. C. L. Temas Geradores de Educação Ambiental no Projeto Florestinha – espaço educador sustentável não formal. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

PIMENTA, J. M. A., et al. Levantamento e representatividade das Unidades de Conservação instituídas no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, n. 55, p. 165-176, set. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/4753/1724>>. Acesso em: 29 Jul. 2022.

PINTO, J. S., et al. Análise da efetividade de planos de manejo para o desenvolvimento sustentável em parques estaduais de Mato Grosso do Sul. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), n. 3, p. 179-194, jul-dez 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/348347439_ANALISE_DA_EFETIVIDADE_DE_PLANOS_DE_MANEJO_PARA_O_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL_EM_PARQUES_ESTADUAIS_DE_MATO_GROSSO>. Acesso em: 29 Jul. 2022.

PINTO, J. S., et al. Análise das mudanças do uso e cobertura da terra em dois parques urbanos e seus entornos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. **Boletim de Geografia**, v. 39, p. 33-48, e59194, 10 set. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/59194>>. Acesso em: 29 Jul. 2022.

SANTOS, E. T.; MERCANTE, M. A. Elaboração Do Plano De Manejo do Parque Estadual Matas do Segredo – Campo Grande/Ms: Contribuições Geográficas. **Revista Geonorte**, v. 3 n. 6, 921–932, jun. 2012. Disponível em: < <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1998/18723>>. Acesso em: 29 Jul. 2022.

WWF-Brasil. **Gestão de unidades de conservação: compartilhando uma experiência de capacitação.** Maria Olatz Cases (org). WWF-Brasil/IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas: Brasília, 2012. Disponível em <https://d3nehc6y19qzo4.cloudfront.net/downloads/gestao_de_unidades_de_conservacao.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

*Recebido em 04 de junho de 2022.
Aceito em 08 de julho de 2022.
Publicado em 03 de agosto de 2022.*